



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

MOBILIDADE INTERGERACIONAL NA AMÉRICA LATINA

MURILO ODILON NICHELE SCROCCARO

Foz do Iguaçu
2022

MOBILIDADE INTERGERACIONAL NA AMÉRICA LATINA

MURILO ODILON NICHELE SCROCCARO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Coelho Kawamura

Catalogação elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação
Catalogação de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

S435

Scroccaro, Murilo Odilon Nichele.

Mobilidade Intergeracional na América Latina / Murilo Odilon Nichele Scroccaro. - Foz do Iguaçu, 2022.
53 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-America, Programa de Pós-Graduação em Economia. Foz do Iguaçu - PR, 2022.

Orientador: Henrique Coelho Kawamura.

1. Mobilidade intergeracional. 2. ISCED. 3. Educação. 4. América Latina. I. Kawamura, Henrique Coelho.
II. Título.

CDU 37.014.53(8)

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, DE FORMA SÍNCRONA,
POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. Henrique Coelho Kawamura – orientador e presidente da banca, declaro que participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência, da banca de defesa pública de dissertação de mestrado do discente **MURILO ODILON NICHELE SCROCCARO**, do PPGE, intitulada: **MOBILIDADE INTERGERACIONAL NA AMÉRICA LATINA**

A Banca Examinadora, constituída pelo(a) professor(a) orientador(a) Dr. Henrique Coelho Kawamura e pelos professores Dr. Amilton José Moretto e Dr. Marcos de Oliveira Garcias.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, formalizo como membro deste Programa de Pós-Graduação, para fins de registro, por meio desta declaração, decisão de que o (a) discente pode ser considerado(a):

- (x) Aprovado
- () Reprovado
- () Aprovado com restrições

Na banca realizada as 13:00hrs na data de 27 de setembro de 2022.

A banca examinadora emitiu o seguinte parecer:

Atenciosamente,



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA – UNILA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - PPGE

Prof. Dr. Henrique Coelho Kawamura. *Assinatura Digital*
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA - UNILA

Prof. Dr. Amilton José Moretto. *Assinatura Digital*
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA - UNILA

Prof. Dr. Marcos de Oliveira Garcias. *Assinatura Digital*
UNIVERSIDADE FEDERAL de LAVRAS (UFLA)



Emitido em 27/09/2022

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 4/2022 - PPGE (10.01.06.02.04.07)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 28/09/2022 11:31)

AMILTON JOSE MORETTO
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
CIES (10.01.06.02.04.03)
Matrícula: 2332753

(Assinado digitalmente em 27/09/2022 14:11)

HENRIQUE COELHO KAWAMURA
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
PPGE (10.01.06.02.04.07)
Matrícula: 2139207

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **4**, ano: **2022**, tipo: **ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**, data de emissão: **27/09/2022** e o código de verificação: **a657d4b312**

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi avaliar a mobilidade em cinco países da América Latina (Brasil, Colômbia, El Salvador, Peru e República Dominicana). Para a obtenção dos resultados, foi utilizada a pesquisa School-to-Work Transition Survey (SWTS), realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A partir desses dados foram realizadas duas análises complementares. Uma primeira de compatibilização dos níveis de escolaridade dos países estudados com a classificação ISCED. Em seguida, foi analisada a mobilidade intergeracional na educação através de matrizes de transição para todos os cinco países da pesquisa e via medidas de elasticidade intergeracional (β) e de mobilidade intergeracional ($1-\beta$). Os resultados indicaram que houve um avanço no acesso básico no ensino primário, mas o acesso a esse nível ainda não é universalizado nesses países analisados. Apesar disso, ainda há uma barreira nos níveis iniciais de educação nos países analisados. Além disso, foi identificada uma probabilidade que varia de 40% (Colômbia) até 83% (República Dominicana) de o jovem concluir o ensino médio quando os pais também possuem esse nível educacional. E, por fim, percebe-se uma persistência intergeracional no nível de graduação também, confirmando a literatura no sentido de que a persistência intergeracional tende a ser mais fortes nos extremos.

Palavras-chave: Mobilidade intergeracional; ISCED; educação; América Latina.

ABSTRACT

The objective of this work was to evaluate mobility in five Latin American countries (Brazil, Colombia, El Salvador, Peru and Dominican Republic). To obtain the results, the School-to-Work Transition Survey (SWTS) carried out by the International Labor Organization (ILO) was used. From these data, two complementary analyzes were performed. The first was to make the education levels of the countries studied compatible with the ISCED classification. Next, the intergenerational mobility in education was analyzed through transition matrices for all five research countries and via measures of intergenerational elasticity (β) and intergenerational mobility ($1-\beta$). The results indicated that there was an advance in basic access in primary education, but access to this level is still not universal in these countries analyzed. Despite this, there is still a barrier in the initial levels of education in the analyzed countries. In addition, a probability ranging from 40% (Colombia) to 83% (Dominican Republic) was identified for a young person to complete high school when their parents also have this educational level. And, finally, there is an intergenerational persistence at the undergraduate level as well, confirming the literature in the sense that intergenerational persistence tends to be stronger at the extremes.

Keywords: intergenerational mobility; ISCED; education; Latin America.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais conclusões da literatura.....	15
Tabela 2 – Anos de lançamentos das bases e número de observações.....	24
Tabela 3 – Classificação ISCED da UNESCO.....	27
Tabela 4 – Sistema nacional da educação brasileira e a classificação ISCED.....	31
Tabela 5 – Sistema nacional da educação colombiana e a classificação ISCED.....	34
Tabela 6 – Sistema nacional da educação salvadorenha e a classificação ISCED.....	35
Tabela 7 – Sistema nacional da educação peruana e a classificação ISCED.....	36
Tabela 8 – Sistema nacional da educação dominicana e a classificação ISCED.....	37
Tabela 9 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens no Brasil.....	39
Tabela 10 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens na Colômbia.....	39
Tabela 11 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens em El Salvador.....	39
Tabela 12 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens no Peru.....	39
Tabela 13 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens na República Dominicana.....	39
Tabela 14 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens no Brasil.....	43
Tabela 15 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens na Colômbia.....	43
Tabela 16 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens em El Salvador.....	43
Tabela 17 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens no Peru.....	43
Tabela 18 – Medida de mobilidade educacional intergeracional para jovens do sexo masculino e feminino.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENCOVI	Encuesta Nacional de Condiciones de Vida - Guatemala (Pesquisa Nacional de Condições de Vida)
ENEU	Encuesta Nacional de Empleo Urbano - México (Pesquisa Nacional de Emprego Urbano)
ENH	Encuesta Nacional de Hogares - Colômbia (Pesquisa Nacional de Domicílios)
ENHPM	Encuesta Nacional de Hogares de Propósitos Múltiples - República Dominicana (Pesquisa Nacional de Domicílios Multifuncionais)
EPH	Encuesta Permanente de Hogares - Argentina (Pesquisa Permanente de Domicílios)
ESS	European Social Survey (Pesquisa Social Europeia)
GDIM	Global Database on Intergenerational Mobility (Base de Dados Global sobre Mobilidade Intergeracional)
IALS	International Adult Literacy Survey (Pesquisa Internacional de Alfabetização de Adultos)
ISCED	International Standard Classification of Education (Classificação Internacional Normalizada da Educação)
ISSP	International Social Survey Program (Programa Internacional de Pesquisa Social)
LEAP	Livelihood Empowerment Against Poverty Program (Programa de Empoderamento de Subsistência Contra a Pobreza)
LSMS	World Bank Living Standards Measurement Surveys (Pesquisas de Medição de Padrões de Vida do Banco Mundial)
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIRLS	Progress in International Reading Literacy Study (Progresso no Estudo Internacional de Alfabetização em Leitura)
PISA	Program for International Student Assessment (Programa de Avaliação Internacional de Estudantes)
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Brasil
SITEAL	Sistema de Informações de Tendências Educacionais da América Latina
SWTS	School-to-Work Transition Survey (Pesquisa Transição da Escola para o Trabalho)

TIMSS Trends in International Mathematics and Science Study (Tendências em Estudos Internacionais de Matemática e Ciências)

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MOBILIDADE INTERGERACIONAL	13
3 BASE DE DADOS	24
4 METODOLOGIA.....	26
4.1 COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E A CLASSIFICAÇÃO ISCED	26
4.2 MOBILIDADE EDUCACIONAL	28
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
5.1. COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DA SWTS E A CLASSIFICAÇÃO ISCED	31
5.1.1 O caso brasileiro	31
5.1.2 O caso colombiano	32
5.1.3 O caso salvadorenho.....	34
5.1.4 O caso peruano	35
5.1.5 O caso dominicano'	37
5.2 MOBILIDADE EDUCACIONAL	38
6 CONCLUSÃO FINAL	46
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

A mobilidade é considerada um importante fator no processo de desenvolvimento econômico, ainda mais nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, uma vez que provê informações sobre a igualdade de oportunidade na sociedade (TORCHE, 2015a). A mobilidade social é frequentemente medida usando a mobilidade intergeracional¹, que relaciona a posição social presente e a do passado com o objetivo de identificar de que modo os indivíduos distribuem-se nos vários níveis da estrutura social através do tempo, qual o peso da herança social, dos recursos individuais e das oportunidades econômico-sociais proporcionadas pela sociedade naquele período de tempo. Além disso, o estudo da mobilidade procura examinar os impactos dos movimentos individuais e grupais sobre a própria estrutura social (PASTORE, 1979; TORCHE; RIBEIRO, 2010).

A desigualdade distorce as oportunidades e reduz a mobilidade intergeracional. Ademais, países com maior desigualdade de renda também tendem a ser países em que uma fração maior de vantagens e desvantagens econômicas é repassada entre pais e filhos (CORAK, 2013). Uma maior mobilidade econômica também pode melhorar a estabilidade, sendo que pessoas que vivem em sociedades com maior mobilidade provavelmente são mais otimistas sobre seu futuro. Os dados globais sugerem que as economias com mobilidade intergeracional mais alta na educação estão em melhor posição para gerar crescimento futuro, bem como para reduzir a pobreza e a desigualdade (NARAYAN et al., 2018).

Além disso, uma vez que a educação tende a ser um forte indicador de ganhos ao longo da vida, a mobilidade na educação é um fator-chave que influencia a mobilidade de renda, mas com duas limitações importantes. Em primeiro lugar, a mobilidade educacional é medida sem considerar a qualidade de aprendizagem, o que torna o resultado um indicador não confiável sobre as habilidades que influenciarão os ganhos de um indivíduo quando adulto. Em segundo lugar, a relação entre mobilidade na educação e mobilidade na renda depende de vários fatores, como a forma como os mercados de trabalho recompensam as habilidades e como as conexões dos pais afetam as oportunidades econômicas, sendo que todas variam entre economias e ao longo do tempo (NARAYAN et al., 2018). Apesar dessas limitações, a educação está entre os determinantes mais importantes da classe que uma pessoa virá a ocupar.

¹ Os conceitos de mobilidade social e mobilidade intergeracional são discutidos na próxima seção.

Embora não haja dúvida da importância que a educação tenha sobre a mobilidade social, os estudos sobre o papel da mudança educacional chegam a conclusões conflitantes. Enquanto diversos autores relatam evidências de que mudanças na educação afetam a mobilidade intergeracional (BLANDEN; GREGG; MACHIN, 2005; CAUSA; JOHANSSON, 2010; MAYER; LOPOO, 2008), outros são céticos (GOLDTHORPE; JACKSON, 2007). Se a escolaridade tem grande impacto sobre a renda e se ela é muito afetada pelo *background* familiar, as correlações intergeracionais nas rendas entre as famílias serão altas e a mobilidade social intergeracional medida pelas mudanças de renda relativa intergeracional será baixa. Se o contexto familiar desempenha um papel menor na determinação da escolaridade, por outro lado, a mobilidade social intergeracional, indicada por movimentos de renda intergeracionais relativos, pode ser alta (BEHRMAN et al., 2001; CHECCHI; DARDANONI, 2003). Alguns trabalhos, como Black e Devereux (2010), sugerem que os impactos positivos sobre as pessoas com *background* de baixa escolaridade se espalham para a próxima geração apenas de forma limitada.

Para os estudos englobando os países latino-americanos, a literatura utiliza com frequência dados das pesquisas nacionais, como a Encuesta Permanente de Hogares – EPH (Argentina), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (Brasil), a Encuesta Nacional de Hogares – ENH (Colômbia), a Encuesta Nacional de Empleo Urbano – ENEU (México), a Encuesta Nacional de Hogares de Propósitos Múltiplos – ENHPM (República Dominicana), as quais abrangem diversos aspectos da vida da população. Considerando que cada país adota critérios e metodologias diferenciadas nas suas pesquisas nacionais, há a possibilidade de variações nos resultados de análises que utilizam diversas bases de dados.

Apresenta-se então, como um problema, entender como a mobilidade social é uma fator importante para as nações analisadas neste trabalho e como a educação tem influenciado a mobilidade social na região da América Latina.

A pesquisa School-to-Work Transition Survey (SWTS), realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2013, foi realizada em mais de trinta países do mundo² entre os anos de 2012 e 2015. Foram escolhidos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento com o objetivo de coletar informações detalhadas sobre o trabalho, situação de mercado de

² Armênia, Bangladesh, Benin, Brasil, Camboja, Colômbia, Egito, El Salvador, Federação Russa, Jamaica, Jordânia, Líbano, Libéria, Macedônia, Madagascar, Malawi, Moldávia, Montenegro, Nepal, Peru, Quirguistão, República Democrática do Congo, República Dominicana, Samoa, Sérvia, Tanzânia, Territórios Palestinos, Togo, Tunísia, Ucrânia, Uganda, Vietnã e Zâmbia.

homens e mulheres jovens e quantificar a relativa facilidade ou dificuldade de entrada no mercado de trabalho dos jovens ao saírem da escola (ELDER, 2009). Os países da América Latina que participaram da SWTS foram Brasil, Colômbia, El Salvador, Peru e República Dominicana³.

Diante do exposto, a presente dissertação busca, como objetivo geral, avaliar a mobilidade em cinco países da América Latina (Brasil, Colômbia, El Salvador, Peru e República Dominicana), cuja população representa cerca de 50% da população desta região (UNITED NATIONS, 2019). O levantamento da SWTS fornece informações relevantes, a partir das quais pode-se verificar similaridades e quais os fatores que justificam essas similaridades ou eventuais diferenças entre os países analisados. Especificamente, analisa-se a transmissão das características educacionais dos pais para os jovens entre 15 e 29 anos.

Quanto aos objetivos específicos, esta dissertação se propõe à:

- 1) Analisar os sistemas educacionais dos países e propor uma classificação compatibilizada entre os países estudados;
- 2) Construir matrizes de transição para análise da mobilidade intergeracional dos países selecionados;
- 3) Comparar e discutir as semelhanças e diferenças encontradas nas matrizes de transição;
- 4) Analisar a mobilidade via indicador beta dos países selecionados da pesquisa.

A contribuição do presente trabalho reside na análise da mobilidade intergeracional da América Latina a partir de uma mesma base de dados (a SWTS), a qual contém características socioeconômicas dos pais e de jovens entre 15 e 29 anos de idade dos países pesquisados. Considerando que as pesquisas nacionais citadas acima englobam, de maneira geral, diversas idades em suas amostras, o presente estudo se diferencia ao utilizar dados de pessoas com um corte de idade inferior a 30 anos.

Este trabalho está dividido em mais cinco seções, além desta introdução, nas quais são apresentados um panorama dos estudos sobre mobilidade intergeracional na América Latina e no mundo, uma descrição da base de dados, a metodologia utilizada neste estudo, os resultados obtidos e a conclusão.

³ Para ser considerado América Latina, foi utilizado o critério das características históricas e culturais da região. Além disso, levou-se em conta as semelhanças dos sistemas educacionais dos países da região.

2 MOBILIDADE INTERGERACIONAL

O conceito de mobilidade social foi introduzido por Sorokin (1964), quando ele afirma que “não há sociedade que seja completamente aberta (como o sistema de classes) e nenhuma sociedade que seja completamente fechada (como o sistema de castas na Índia)”.

De acordo com Sorokin (1964), não há duas sociedades iguais em termos de movimento permitido e desencorajado, e que a velocidade da mobilidade social pode mudar de um período para outro. Essa mudança social depende do grau de desenvolvimento da sociedade e pode acontecer ao longo do tempo, à medida que os indivíduos mudam de uma posição para outra devido a várias interações sociais. A mobilidade traz benefícios às pessoas, pois são motivadas por diferentes fatores da sociedade e trabalham para alcançar novos papéis que lhes ofereçam um melhor padrão de vida e maiores recompensas. As pessoas competem e cooperam com outras na sociedade para subir na escala de mobilidade social.

A mobilidade intergeracional ocorre quando a posição social muda de uma geração para outra. A mudança pode ser para cima ou para baixo. Por exemplo, um pai trabalhava em uma fábrica enquanto seu filho recebia uma educação que lhe permitia se tornar advogado ou médico. Essa mudança social também faz com que a geração adote uma nova maneira de viver e pensar. A mobilidade intergeracional é afetada pelas diferenças na educação dos pais e dos filhos, mudanças na população e mudanças na ocupação (SOROKIN, 1964)

Checchi e Dardanoni (2003) fazem uma distinção entre os movimentos relativos e absolutos de mobilidade intergeracional. Estes estão relacionados à distância entre as distribuições marginais da variável socioeconômica de pais e filhos, em termos de localização e dispersão, enquanto aqueles estão relacionados à existência de uma relação positiva entre as posições que pais e filhos ocupam em suas respectivas distribuições marginais.

Os movimentos relativos são importantes de serem observados, pois tendem a estar associados a justiça social. Em geral, analisar a mobilidade intergeracional é verificar se os genitores têm sucesso em algum indicador e inferir se os filhos também possuem esse sucesso, sendo conhecido como persistência intergeracional (PASCHOAL, 2005)

O nível de mobilidade intergeracional na sociedade é visto por muitos como uma medida da extensão da igualdade de oportunidades econômicas ou oportunidades de vida. A maneira mais intuitiva de ver a extensão da mobilidade intergeracional é ver onde as crianças

das famílias mais ou menos abastadas terminam nos rendimentos ou distribuição de renda como adultos (BLANDEN; GREGG; MACHIN, 2005).

A pesquisa na literatura concentrou-se nos países da América Latina, sem deixar de observar pesquisas com as demais nações, com o propósito da comparação. Nesse sentido, o estudo de Hertz (2007) estimou a tendência de 50 anos na persistência intergeracional da realização educacional para uma amostra de 42 nações ao redor do mundo, englobando países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os autores apresentam duas medidas simples de persistência educacional – o coeficiente de uma regressão da escolaridade das crianças contra aquela de seus pais, e a correlação entre os dois – para uma amostra de 29 economias em desenvolvimento e anteriormente comunistas, além de doze países da Europa Ocidental e os Estados Unidos. A pesquisa utilizou os dados do Banco Mundial – World Bank Living Standards Measurement Surveys (BANCO MUNDIAL, 2021), além de pesquisas domiciliares semelhantes conduzidas por agências estatísticas nacionais e pesquisas nacionais afiliadas ao European Social Survey (ESS), ao International Social Survey Program (ISSP) e ao International Adult Literacy Survey (IALS). Englobando diversas pesquisas entre os anos de 1985 e 2004 com jovens de 20 a 69 anos de idade, os autores mediram a associação intergeracional via equações de regressão usando anos de educação de pais e filhos.

Tabela 1 – Principais conclusões da literatura

Autores	Base de dados	Localização	Principais conclusões
Castellano, 2018	Pesquisa Nacional de Condições de Vida	Guatemala	A mobilidade educacional na Guatemala é baixa e aumenta lentamente, refletindo a reprodução de uma dinâmica de exclusão social. Uma alta porcentagem da população do país vive a armadilha da pobreza na educação; uma criança cujo pai tem apenas o ensino fundamental, em 2014, tinha 6% de probabilidade de chegar aos estudos universitários, enquanto em 2000 era de 1%.
Celhay; Gallegos, 2015	Pesquisa Longitudinal de Proteção Social	Chile	A educação dos avós influencia a escolaridade dos netos. Há maior mobilidade na parte inferior e menor mobilidade no topo da distribuição de escolaridade da geração precedente para medidas de mobilidade absoluta e relativa, sendo aplicável tanto para as transições dos avós para os pais e dos pais para os filhos. Além disso, a mobilidade absoluta aumentou ao longo das gerações.
Chetty et al., 2014	Registros de imposto de renda	Estados Unidos	A mobilidade intergeracional dentro do país varia substancialmente. Ademais, as áreas de alta mobilidade têm (a) menos segregação residencial, (b) menos desigualdade de renda, (c) melhores escolas primárias, (d) maior capital social e (d) maior estabilidade familiar.
Daude; Robano, 2015	Latinobarometro	Diversos ⁴	A mobilidade intergeracional na América Latina é baixa e não mudou significativamente para as últimas gerações, quando medida pela importância da educação dos pais para explicar o nível educacional de seus filhos. Além disso, concluíram que a América Latina não é apenas a região mais desigual do mundo, mas também que a desigualdade tende a persistir através das gerações.
Garcias; Kassouf, 2021	School-to-Work Transition Survey	Brasil	Há alta mobilidade educacional entre gerações, principalmente quando os pais de um jovem possuem níveis de escolaridade mais baixos. Cerca de 57% dos jovens da amostra cujos pais tinham no máximo o ensino fundamental tinham o ensino médio e 5% tinham graduação ou pós-graduação. Os resultados das equações de rendimentos mostraram que quanto maior o nível educacional e a experiência de um jovem (anos de trabalho), maior o seu salário por hora. As mulheres jovens têm um impacto muito maior da educação sobre os rendimentos do que os homens jovens.

⁴ Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Hertz, 2007	Banco Mundial (World Bank Living Standards Measurement Surveys – LSMS)	Diversos ⁵	A mobilidade intergeracional é baixa na América do Sul e alta nos países nórdicos. Além disso, a escolaridade dos pais continua explicando a escolaridade dos filhos. As sete nações latino-americanas da amostra ocupam as primeiras posições entre os 42 países do ranking de correlação entre as escolaridades de pais e filhos. Ao passo que nos países nórdicos, o grau de persistência foi o menor observado.
Leone, 2021	PNAD	Brasil	Há forte associação positiva entre resultados de educação de pais e filhos no Brasil, indicando que as chances de atingir o ensino superior para as crianças dependem fortemente da formação educacional de sua família. A educação das crianças é mais fortemente associada à educação de seu genitor mais instruído, independentemente de seu sexo e este efeito é mais forte para o sexo feminino do que para o sexo masculino.
Mahlmeister et al., 2019	PNAD	Brasil	Confirmam a conclusão de Ferreira e Veloso (2003) e permitem verificar que, para além da forte persistência intergeracional constatada nos extremos da distribuição, é possível observar uma tendência de aumento dessa persistência no extremo superior, e de redução em seus níveis mais baixos
Neidhöfer; Serrano; Gasparini, 2018	Latinobarometro	Diversos ⁶	A mobilidade intergeracional está positivamente associada ao crescimento econômico e ao gasto público progressivo em educação, mas negativamente associada à desigualdade de renda, pobreza e retornos à educação. A correlação positiva entre a mobilidade intergeracional e o desempenho econômico também é encontrada em estimativas que controlam a heterogeneidade entre os países por efeitos fixos.

Fonte: Elaborado pelo autor

⁵ África do Sul; Bangladesh; Bélgica; Brasil; Chile; China; Colômbia; Dinamarca; Egito; Equador; Eslováquia; Eslovênia; Estados Unidos; Estônia; Etiópia; Filipinas; Finlândia; Gana; Hungria; Indonésia; Irlanda; Irlanda do Norte; Itália; Malásia; Nepal; Nicarágua; Noruega; Nova Zelândia; Países Baixos; Panamá; Paquistão; Peru; Polônia; Quirguistão; Reino Unido; República Tcheca; Sri Lanka; Suécia; Suíça; Timor Leste; Ucrânia e Vietnã.

⁶ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Os principais achados de Hertz (2007) mostram que a mobilidade intergeracional é baixa na América do Sul e alta nos países nórdicos, no mesmo sentido que Blanden (2013). Ademais, demonstram que o coeficiente de regressão da escolaridade dos pais como preditor de escolaridade na próxima geração caiu substancialmente ao longo de 50 anos, indicando uma queda dessa medida básica da persistência intergeracional de desigualdade educacional. Concluem que, em todo o mundo, a escolaridade dos pais continua explicando a escolaridade dos filhos. As sete nações latino-americanas da amostra ocupam as primeiras posições entre os 42 países do ranking de correlação entre as escolaridades de pais e filhos. Ao passo que nos países nórdicos, o grau de persistência foi o menor observado.

Chetty et al. (2014) analisaram a mobilidade intergeracional nos Estados Unidos e contaram com uma base de dados de mais de 40 milhões de crianças e seus pais para descrever as características da mobilidade intergeracional nos Estados Unidos. Os autores utilizaram os dados dos registros de imposto de renda entre os anos 1996 e 2012 e dividiram as medidas de mobilidade em relativa e absoluta. Como resultado, concluíram que a mobilidade intergeracional dentro do país varia substancialmente. Ademais, exploraram os fatores relacionados à mobilidade ascendente, sendo que as áreas de alta mobilidade têm: (a) menos segregação residencial, (b) menos desigualdade de renda, (c) melhores escolas primárias, (d) maior capital social e (d) maior estabilidade familiar.

Já Celhay e Gallegos (2015) vão além e vinculam dados sobre o nível educacional por três gerações no Chile. Os resultados indicam que a educação dos avós influencia a escolaridade dos netos mesmo após incluir o fator parental. Para estudar a transmissão intergeracional da escolaridade, os autores utilizaram a Pesquisa Longitudinal de Proteção Social de 2002, a qual objetivou coletar informações sobre emprego e histórico de seguridade social dos chilenos. A pesquisa também trouxe dados de idade e escolaridade de pais e filhos. Considerando a amplitude da amostra, os autores conseguiram fazer o corte de idades em três gerações, possibilitando analisar a mobilidade intergeracional em três gerações. Os autores utilizaram um modelo de regressão englobando os anos de escolaridade de uma geração e a geração anterior, via método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), controlando por idade, gênero e região. Para o caso chileno, o estudo conclui que o local de origem dos pais é importante para a mobilidade ascendente. Ademais, possuir ancestrais do mesmo sexo e educados é mais importante para as mulheres e sugerem que os papéis sociais podem ser passados ao longo das gerações dentro das famílias.

Assim como Hertz (2007), Neidhöfer, Serrano e Gasparini (2018) utilizaram uma grande base de dados harmonizados de pesquisas domiciliares, computando séries temporais para vários índices de mobilidade educacional intergeracional relativa e absoluta para 18 países latino-americanos acima de 50 anos. Os autores utilizaram dados do Latinobarometro, além de Pesquisas Domiciliares Nacionais para alguns dos países do estudo. A principal vantagem do Latinobarometro é que é especificamente desenvolvido para ser usado em estudos *cross-country* e, portanto, usa o mesmo questionário e codificação das respostas da pesquisa em todos os anos e países. A vantagem de muitas das Pesquisas Domiciliares Nacionais é que elas oferecem um maior número de observações. Além disso, a estrutura das pesquisas permite estimar as associações pai-filho e mãe-filha, enquanto o Latinobarometro inclui apenas informações sobre o pai com maior grau educacional.

Neidhöfer, Serrano e Gasparini (2018) discutem os resultados a partir das particularidades necessárias para a construção de cada índice utilizado na estimação da mobilidade intergeracional. Por exemplo, no contexto da mobilidade educacional, algumas questões podem precisar de medidas de mobilidade absoluta, como seria o caso para capturar expansões educacionais (mobilidade estrutural). Outros podem precisar negligenciar essa dimensão e focar nas mudanças posicionais das famílias dentro da distribuição (mobilidade de troca). No estudo, oferecem um panorama exaustivo de índices absolutos e relativos, como também mostram o quadro geral da mobilidade intergeracional na América a partir de diferentes perspectivas.

Desse modo, os autores utilizaram três índices para a análise, a saber: (1) o coeficiente de inclinação e correlações intergeracionais, índice de mobilidade mais utilizado na literatura de mobilidade intergeracional, o qual descreve uma regressão linear dos anos de educação da criança sobre os resultados dos pais; (2) a probabilidades de transição, via matrizes de transição; e (3) a mobilidade absoluta e direcional, com índices que mostram a diferença média entre as duas gerações dentro das mesmas famílias, independentemente da direção da mudança, e outro que mede a mudança direcional média entre duas gerações.

Os autores constataram que a mobilidade intergeracional está, em média, aumentando na América Latina. Esse padrão parece ser impulsionado pela alta mobilidade ascendente de crianças de famílias de baixa escolaridade, ao mesmo tempo, há uma imobilidade substancial no topo da distribuição. Ou seja, a América Latina é uma região com substancial imobilidade no superior, mas diminuindo a persistência intergeracional na parte inferior da

distribuição. Além disso, concluem que a mobilidade intergeracional está positivamente associada ao crescimento econômico e gastos públicos progressivos em educação, mas negativamente associados à desigualdade de renda, pobreza e retornos à educação. A correlação positiva entre mobilidade intergeracional e desempenho econômico também são encontrados nas estimativas que controlam a heterogeneidade entre países por efeitos.

Estudando o Brasil, Mahlmeister et al. (2019) propõem uma atualização do estudo proposto por Ferreira e Veloso (2003), com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 1996, agora com dados da PNAD de 2014. Assim como Celhay e Gallegos (2015), os autores utilizaram um modelo de regressão englobando os anos de escolaridade de pais e filhos, via MQO, controlando por idade, área urbana ou rural, raça e região, além das matrizes de transição.

Mahlmeister et al. (2019) apontam o fato de a variável representativa do nível de escolaridade do pai ser categórica, ou seja, quando necessário para a análise, houve adaptações para transformar a variável do filho também em categórica. Quanto à seleção da escolaridade dos pais, foi utilizada a do genitor com escolaridade mais alta, diferente de Hertz (2007).

Por fim, Mahlmeister et al. (2019) concluem que o grau de persistência educacional se reduziu substancialmente desde os anos 1990, para todas as regiões, raças e situações de domicílio. Além disso, a mobilidade é menor para filhos de pais com pouca escolaridade do que para filhos de pais com escolaridade mais elevada, com exceção de pais no topo da distribuição educacional, que apresentam mobilidade relativamente baixa.

O trabalho de Daude e Robano (2015) analisa a transmissão intergeracional da educação entre pais e filhos em 18 países latinos, controlando raça, gênero e renda dos pais. Os autores utilizaram três medidas de mobilidade intergeracional educacional: o coeficiente beta, o coeficiente de correlação parcial e o efeito geral das circunstâncias além do controle individual (índice de desigualdade de oportunidades). Todas as medidas do estudo coincidem em identificar o baixo grau de mobilidade intergeracional na América Latina e a importância do *background* dos pais na determinação do sucesso educacional do jovem. Os autores utilizaram o Latinobarometro, uma pesquisa pública englobando vinte mil entrevistas em 18 países latinos.

Daude e Robano (2015) concluem que a mobilidade intergeracional na América Latina é baixa e não mudou significativamente para as últimas gerações, quando medida pela importância da educação dos pais na explicação do nível educacional de seus filhos. O quadro

que emerge é que a América Latina não é apenas a região mais desigual do mundo, mas também que a desigualdade tende a persistir ao longo das gerações. O índice de desigualdade de oportunidades (incluindo dimensões além do controle de um indivíduo, como raça, gênero e antecedentes de renda dos pais) é estimado em cerca de 40%, o que é alto para os padrões internacionais.

Já Garcias e Kassouf (2021) utilizaram dados da pesquisa SWTS, realizada pela OIT sobre a transição escola-trabalho em 2013 para medir a mobilidade educacional e ocupacional intergeracional no Brasil. O banco de dados SWTS contém informações sobre jovens de 15 a 29 anos, com as características socioeconômicas da família, tanto atuais quanto retrospectivas. Os autores utilizaram um modelo de regressão estimado pelos anos de escolaridade de pais e filhos, controlando por idade, cor, sexo e número de filhos. Além disso, foram além e, via matrizes, analisaram a mobilidade ocupacional entre as duas gerações. E, por fim, para analisar os retornos da educação, as equações de ganhos foram estimadas usando o modelo de seleção de Heckman.

Garcias e Kassouf (2021) concluem que há grande mobilidade educacional intergeracional, especialmente quando os pais têm níveis de escolaridade mais baixos e mobilidade ocupacional ligeiramente menor. A educação de jovens e seus pais têm grande impacto nos rendimentos dos jovens, principalmente do sexo feminino. Mulheres jovens com ensino superior ganham mais que o dobro em comparação com aquelas que não possuem o ensino médio

Leone (2021) buscou identificar uma possível lacuna de mobilidade entre filhos e filhas no Brasil e identificar o papel do gênero dos pais na determinação das diferenças na persistência intergeracional da educação. Os autores aplicaram em sua análise as matrizes de mobilidade, como Neidhöfer, Serrano e Gasparini (2018). Assim como Mahlmeister et al. (2019), o estudo utiliza os dados da PNAD brasileira.

O autor analisou os dados via matrizes de transição, aliadas a índices de mobilidade. Além disso, utilizou regressões univariadas comparando os anos de escolaridade de filhos e pais para investigar a imobilidade ao longo do tempo. Comparado com as matrizes de transição, esta abordagem tem a vantagem que leva em conta as mudanças ao longo do tempo na desigualdade educacional. O artigo também utilizou estimações *logit* para investigar a disparidade de gênero na mobilidade educacional intergeracional.

Como observado também em Neidhöfer, Serrano e Gasparini (2018); Daude e Robano (2015); e Hertz (2007), este estudo confirmou uma forte associação positiva entre os resultados educacionais de pais e filhos no Brasil, indicando que as chances de uma criança obter o ensino superior dependem muito da formação educacional de sua família. Além disso, o estudo forneceu evidências empíricas convincentes mostrando que as filhas apresentam níveis mais altos de mobilidade em comparação com os filhos.

Este artigo confirmou um aumento significativo da mobilidade educacional intergeracional para ambos os sexos ao longo do tempo no Brasil, medido pelo coeficiente de regressão da escolaridade. No entanto, ao contrário dos estudos existentes, os achados relatados neste artigo ampliam a compreensão dessa evolução positiva, apresentando evidências robustas de que ela ocorreu principalmente como resultado do aumento geral da escolaridade da população brasileira (“efeito elevador”) e não pelas mudanças na transmissão educacional pais-filhos. Como antes, a escolaridade das crianças continua altamente dependente da educação de seus pais.

Castellano (2018) estudou a pobreza, a evolução social e a mobilidade educacional na Guatemala, sendo baseado em um modelo de regressão logarítmica e em matrizes de transição, como em Leone (2021) e Neidhöfer, Serrano e Gasparini (2018), com dados derivados da Pesquisa Nacional de Condições de Vida (Encovi) para os anos de 2000, 2006 e 2014.

Os resultados mostram que nesse período, embora a mobilidade educacional e social tenha aumentado em nível de país, a influência da escolaridade do pai na educação dos filhos diminuiu. Maior mobilidade educacional ocorreu em homens não indígenas com menos de quarenta anos.

Para tanto, foram estimados e analisados índices de mobilidade educacional da população segundo idade, sexo e etnia, entre outras variáveis. Os índices foram calculados a partir de uma matriz de transição e estimando uma regressão logarítmica, onde a variável dependente é a escolaridade da criança e a variável explicativa é a escolaridade do pai. As estimativas feitas neste trabalho mostram que a educação do pai afeta a dos filhos, embora sua influência tenha sido reduzida durante o período de análise, e que a mobilidade educacional na Guatemala é baixa e aumenta lentamente, o que reflete a reprodução de uma dinâmica de exclusão social.

Orazem e King (2009) concluem, em seu trabalho, que, em comparação com os países desenvolvidos, os países em desenvolvimento apresentam grandes lacunas no nível de escolaridade entre homens e mulheres e entre residentes urbanos e rurais. À medida que os países se desenvolvem e os níveis de educação aumentam, essas lacunas tendem a se fechar. Adicionalmente, as análises mostram que essas diferenças educacionais entre as gerações podem ser significativas, mesmo entre países com níveis de renda semelhantes (ORAZEM; KING, 2007).

Torche (2015b) demonstra que os países escandinavos apresentam baixa desigualdade e alta mobilidade, e os Estados Unidos, o Reino Unido e, em menor grau, França e Itália mostram alta desigualdade com baixa mobilidade. Ao mesmo tempo, a mobilidade não mudou muito nos Estados Unidos nas últimas décadas, apesar da crescente desigualdade.

Já Fessler, Mooslechner e Schürz (2011) concluem, em seu trabalho, que o nível de correlação positiva entre a educação dos pais e descendentes é maior em países do norte da Europa, como Holanda, Finlândia ou Suécia e menor em países europeus do Sul, como Itália e Eslovênia. Estes dois países apresentaram níveis mais elevados de persistência normalizada. Ademais, os autores concluíram que a dependência do resultado educacional dos descendentes na educação dos pais está diminuindo ao longo do tempo e que a educação do pai tem um efeito mais forte na educação do que a escolaridade da mãe, confirmando a literatura (BLACK; DEVEREUX, 2010).

Estudando a Grécia, Daouli, Demoussis e Giannakopoulos (2010) concluem há um crescimento na mobilidade educacional nesse país. No entanto, algumas dependências intergeracionais ainda permanecem. Também a educação o avanço das mulheres gregas ao longo das gerações abrange a expansão geral e os efeitos parentais.

Narayan et al. (2018), em relatório do Banco Mundial, analisou os resultados empíricos da Global Database on Intergenerational Mobility (GDIM), Banco de Dados Globais sobre Mobilidade Intergeracional e concluiu que a mobilidade intergeracional tende a ser muito maior em países de alta renda do que em países em desenvolvimento, e esse fato não mudou nas últimas décadas. Segundo o relatório, este fosso entre as regiões tem vindo a aumentar porque, em média, os países não conseguiram aumentar as chances de mobilidade de seus cidadãos nascidos nos últimos 40 anos.

Leone (2019), utilizando os mesmos dados do relatório do Banco Mundial acima, realizou ampla análise comparativa do banco de dados e concluiu que crianças nascidas em

países com altos níveis de renda têm maior chance de alcançar mobilidade ascendente intergeracional, fato que não se alterou nas últimas cinco décadas. Observou, ainda, uma diminuição na diferença de mobilidade (para cima) entre economias ricas e pobres; no entanto, esta evolução não foi suficiente para fechar a lacuna entre eles. Em consonância com Narayan et al. (2018), Leone (2019) aponta que as taxas mais baixas de mobilidade ascendente intergeracional sejam encontradas em vários países de baixa renda. No Sudão do Sul, por exemplo, apenas 11% dos indivíduos atingiram um nível de educação superior ao dos seus pais. Esse índice é de 14% para o Chade e Mali, e 15% para o Senegal e a República Centro-Africana. Dentro do continente africano, Leone (2019) encontrou a situação oposta, em países como Madagascar e Camarões, que também são países de baixa renda, mas que alcançaram um nível de crescimento mobilidade superior a 50%, semelhante aos valores dos países altamente desenvolvidos como Suíça e Islândia (respectivamente 55%, 51%, 51% e 51%).

3 BASE DE DADOS

O projeto *Work4Youth*, fruto da parceria entre a OIT e a Fundação MasterCard, teve como foco principal a pesquisa da transição dos jovens para o mercado de trabalho. O projeto produziu dados em âmbito nacional, regional e global, principalmente com base em evidências da Pesquisa de Transição Escola-Trabalho SWTS, realizada em mais de trinta países do mundo. O SWTS é uma ferramenta de pesquisa da OIT projetada para coletar dados atualizados e representativos nacionalmente com foco no mercado de trabalho jovem e na transição dos jovens da educação para o mundo do trabalho. Os dados nacionais são sintetizados em relatórios nacionais que analisam os resultados e propõem recomendações de políticas.

Os dados da SWTS, realizada pela Organização Internacional do Trabalho entre 2012 e 2015, contêm informações sobre os jovens de 15 a 29 anos dos países pesquisados, e questiona-se as características socioeconômicas dos jovens e pais, possibilitando a análise intergeracional. Importante destacar que a escolha do corte de idade decorre do reconhecimento de que os processos de transição para a idade adulta têm se estendido, considerando-se não só a formação escolar e a inclusão no mundo do trabalho, como a aquisição de autonomia e, em geral, a constituição de nova unidade familiar – processos que para muitos jovens se superpõem ao longo do período dos 15 aos 29 anos. Abarcar a juventude até esse limite permite captar a complexidade das experiências de transição dos jovens para o trabalho, tanto ao longo como depois de completarem os estudos (VENTURI; TORINI, 2014).

Tabela 2 – Anos de lançamentos das bases e número de observações

País	Ano(s)	Número de observações
Brasil	2013	3.288
Colômbia	2013	6.416
El Salvador	2013 e 2014	7.055
Peru	2012	2.464
República Dominicana	2015	3.554

Fonte: SWTS, OIT.

O Brasil elaborou a pesquisa Transição Escola-Trabalho (TET) para recolher e analisar informações sobre os desafios que se impõem aos jovens no momento da transição para o mercado de trabalho. A TET foi realizada pela ECO Assessoria em Pesquisas. A pesquisa de

campo foi realizada aos finais de semana, no mês de junho de 2013. A amostra foi composta por 3.288 entrevistas, distribuídas em 160 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em tercís de porte (municípios pequenos, médios e grandes), contemplando 25 estados (VENTURI; TORINI, 2014).

Na Colômbia, a pesquisa TET foi realizada em conjunto com o Departamento Administrativo Nacional de Estatística nas áreas urbanas do país no segundo semestre de 2013. Foram selecionados 6.416 jovens para responder a pesquisa. Em El Salvador, o Ministério da Economia, por meio da Direção-Geral de Estatística e Censos, realizou a pesquisa TET no último trimestre de 2012, a qual correspondeu a uma parte da amostra utilizada para a Pesquisa de Domicílios Múltiplos Fins, que inclui 3.343 jovens entre 15 e 29 anos, de 2.537 domicílios dos 14 departamentos do país (HANDAL, 2014).

No Peru, a Pesquisa sobre a transição da escola para o trabalho foi aplicada pelo Instituto Nacional de Estatística e Informática do Peru. O levantamento dos dados ocorreu entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013. A cobertura geográfica foi de âmbito nacional, na área urbana nos 24 departamentos e na Província Constitucional de Callao. Foram selecionados 2.498 jovens para a amostra, distribuídos em 1.665 residências e 625 conglomerados (GUEVARA, 2014). Na República Dominicana, a pesquisa TET foi aplicada pelo Departamento de Contas Nacionais e Estatísticas Econômicas do Banco Central da República Dominicana no último trimestre de 2012. Foram selecionados 4.920 domicílios distribuídos por áreas urbanas e rurais de acordo com a população residente informada pelo VIII Censo Nacional de População e Habitação de 2002, obtendo-se uma amostra efetiva de 3.556 jovens em 4.190 domicílios do país.

4 METODOLOGIA

Este estudo apresenta duas análises complementares. A primeira trata da compatibilização dos níveis de escolaridade dos países estudados com a classificação ISCED. Em seguida, é analisada a mobilidade intergeracional na educação através de matrizes de transição para todos os cinco países da pesquisa e via medidas de elasticidade intergeracional (β) e de mobilidade intergeracional ($1 - \beta$) para Brasil e El Salvador, uma vez que a variável foi apresentada em número de anos apenas nos dois países.

4.1 COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E A CLASSIFICAÇÃO ISCED

Como mencionado na introdução, nesta pesquisa analisou-se a mobilidade intergeracional das características educacionais. Foram abordados os aspectos de mobilidade e, na sequência, serão apresentados os principais aspectos teóricos e empíricos relacionados à mobilidade.

A SWTS foi realizada a nível global, sendo que os países da América Latina selecionados pela pesquisa foram Brasil, Colômbia, El Salvador, Peru e República Dominicana. Apesar de serem apenas cinco países, deve-se observar que estes representam aproximadamente 50% da população da América Latina.

Considerando que a base de dados do SWTS abrange diversos países da América Latina, com diferentes estruturas e nomenclaturas do sistema educacional, optou-se por utilizar a International Standard Classification of Education – ISCED.

A classificação ISCED é um instrumento produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para servir de referência na compilação e análise de estatísticas educacionais, auxiliar países na sistematização de dados nos diferentes níveis educacionais e em estudos internacionais (UNESCO, 2012).

Tabela 3 – Classificação ISCED da UNESCO

Nível	Observação	Para comparação internacional, o termo
Nível 0: Educação infantil (pré-escolar, pré-primária, educação inicial)		
Nível 1: Educação primária (educação primária, educação básica)	A idade de ingresso geralmente não é inferior a cinco anos nem superior a sete anos. Esse nível normalmente perdura por seis anos, embora sua duração possa variar entre quatro e sete anos. A educação primária dura tipicamente dos 10 aos 12 anos de idade.	Educação primária” é geralmente usado para rotular o nível ISCED 1
Nível 2: Ensino médio (ensino médio - estágio 1)	Termina após oito a onze anos de escolaridade do início do nível 1, sendo nove anos a duração cumulativa mais generalizada. No final do nível 2, os alunos têm normalmente entre 14 e 16 anos (na maioria das vezes 15 anos).	Ensino médio inferior” é usado para rotular o nível ISCED 2
Nível 3: Ensino médio (ensino médio - estágio 2)	Normalmente termina 12 ou 13 anos após o início do nível 1 (ou por volta dos 17 ou 18 anos), com 12 anos sendo a duração cumulativa mais difundida	Ensino médio” é usado para rotular o nível ISCED 3
Nível 4: Pós- Ensino secundário não superior (diploma de técnico)	Os programas neste nível são concebidos para a entrada direta no mercado de trabalho	Ensino pós-secundário não superior” é utilizado para rotular o nível ISCED 4
Nível 5: Ensino superior de ciclo curto (superior) educação técnica, educação em faculdades comunitárias)	Baseado na prática, prepara os alunos para entrar no mercado de trabalho	Educação superior de ciclo curto” é usada para rotular o nível ISCED 5
Nível 6: Bacharel ou Equivalente (programa de bacharelado, licença)		Bacharelado ou nível equivalente” é usado para rotular o nível ISCED 6
Nível 7: Mestrado ou Equivalente (programas de mestrado)		Mestrado ou nível equivalente” é usado para rotular o nível ISCED 7
Nível 8: Doutorado ou Equivalente (PhD, DPhil, Doctorate)		Doutorado ou nível equivalente” é usado para rotular o nível ISCED 8

Fonte: adaptado pelo autor a partir de UNESCO (2012).

A partir dos dados da classificação ISCED, apresentados na Tabela 3, foram comparadas as legislações educacionais de cada país com a classificação padronizada do ISCED. Levou-se em conta a nomenclatura adotada no país de origem, a idade das crianças e jovens e o tempo de escolaridade. Além disso, foi utilizado como referência o Sistema de Informações de Tendências Educacionais da América Latina (SITEAL). O SITEAL é uma base documental que mapeia as políticas educacionais da América Latina e sistematiza informações estatísticas sobre a situação social e educacional da região. Este repositório online de regulações e documentos de política oferece dados atualizados sobre as estratégias levadas a cabo pelos países da região para garantir o direito à educação de crianças e adolescentes (SITEAL, 2021).

4.2 MOBILIDADE EDUCACIONAL

Como o assunto mobilidade é um fenômeno bastante complexo, medir a mobilidade socioeconômica não é simples e foi reconhecida como uma questão desafiadora no passado. A literatura sobre mobilidade intergeracional geralmente considera três variáveis socioeconômicas básicas: renda, educação e ocupação profissional. No entanto, independentemente da abordagem usada para medir a mobilidade, as estimativas têm suas próprias limitações metodológicas (COWELL; FLACHAIRE, 2018; LEONE, 2019).

Idealmente, uma investigação empírica da mobilidade de renda entre gerações requer, por exemplo, dados sobre a renda permanente de pais e filhos. Isso exigiria uma pesquisa que duraria várias décadas, ou seja, equivalente a toda a duração de vida profissional dos pais e dos filhos, captando a renda total de ambas as gerações. No entanto, na maioria dos estudos internacionais, essa condição não é possível de ser atendida, já que os bancos de dados possuem apenas informações de curto prazo sobre a situação da renda, com ganhos mensais ou anuais (BJÖRKLUND; JÄNTTI 2009; HERTZ et al., 2008; LEONE, 2019). Sendo assim, as pesquisas estimam a renda ao longo da vida com base na renda de curto prazo. Essas estimativas estão expostas a vieses do ciclo de vida (SOLON, 1992; ZIMMERMAN, 1992).

Diante dessas limitações empíricas, o uso de medidas não monetárias, como educação e ocupação, como um indicador do status socioeconômico geral de um indivíduo frequentemente produzem resultados úteis. A literatura confirma a forte associação entre realização educacional e rendimentos ao longo da vida, ou seja, quanto maior o nível de educação, maiores os rendimentos (BREEN; KARLSON, 2013; CARD, 1999; HECKMAN;

HUMPHRIES; VERAMENDI, 2018; PLEWIS; BARTLEY, 2014; TAMBORINI; KIM; SAKAMOTO, 2015). Em contraste com a renda, a abordagem baseada na educação tem a vantagem de estar menos exposta a um viés do ciclo de vida. De um modo geral, os indivíduos tendem a terminar a escolaridade por volta dos 25 anos e a investigação da mobilidade intergeracional pode ser realizada também com pessoas em início de vida laboral (LEONE, 2019). Além disso, o uso da educação como medida de mobilidade pode resolver o problema da informalidade no mercado de trabalho, presente principalmente nos países em desenvolvimento – onde uma parcela significativa dos trabalhadores está no setor informal (AZAM; BHATT, 2015; BLACK; DEVEREUX, 2010).

As matrizes de transição são amplamente utilizadas em estudos econométricos para medir a imobilidade do tempo em dados agregados (DARDANONI; FORCINA; MODICA, 2008; FORMBY; SMITH; ZHENG, 2004). Para aplicar essa matriz, separam-se os níveis educacionais dos pais (geração $s - 1$) e seus descendentes (geração s) nos níveis ISCED, conforme seção anterior. Optou-se por utilizar a escolaridade do genitor com a mais alta, conhecida como princípio da dominância. Neidhöfer, Serrano e Gasparini (2018) discute três métodos de seleção de escolaridade, sendo eles o princípio da dominância, a média de anos de escolaridade de pai e mãe como variável independente para medir a mobilidade intergeracional, como utilizado por Hertz (2007), e, por fim, uma abordagem alternativa, desenvolvida por Lubotsky e Wittenberg (2006), na qual são calculados os pesos de cada variável tal que a contribuição relativa das variáveis para explicar a variação na variável dependente é levado em consideração no cálculo da escolaridade. Os autores concluem que as classificações dos países e as tendências temporais não mudam significativamente aplicando qualquer medida. Isso deve-se a alta correlação entre a escolaridade materna e paterna observada na América Latina.

Quando os resultados educacionais de ambas as gerações são cruzados, pode-se criar uma matriz de transição $k \times k$ em que $i, j \in [0, n]$ e o valor $\rho_{i,j}$ representa a probabilidade de o nível educacional passar do estado i na geração dos pais para o estado j na geração do descendente (BAZZI et al., 2017; DAOULI; DEMOUSSIS; GIANNAKOPOULOS, 2010). Assumindo z como variável aleatória, o modelo de Markov é dado por:

$$\rho_{i,j} = Pr(z_t = j | z_{t-1} = i), \text{ com } \rho \geq 0 \text{ e } \sum_{j=0}^{k-1} \rho_{i,j} = 1 \quad (1)$$

As vantagens em utilizar as matrizes de transição estão em (I) trabalhar com a estimativa de frequências observadas e reais e não do pressuposto de independência estatística; (II) permitem observar a existência de não linearidades e assimetrias; (III) admitem investigar situações em que a probabilidade de se mover da base da distribuição para o topo é maior do que a de se mover na direção oposta; e (IV) fornecer informações detalhadas (YÁNEZ-CONTRERAS; GARCÍA-CORREA, 2013).

Em seguida foram avaliados os indicadores de mobilidade $(1 - \beta)$ para Brasil e El Salvador, sendo que as bases da SWTS destes dois países é que possibilitaram esta análise.

Black e Devereux (2010) descrevem os avanços recentes na metodologia do estudo da mobilidade intergeracional. Eles argumentam que a relação empírica mais básica da literatura relaciona os ganhos dos pais com os dos filhos. Considerando que essa equação é, em geral, estimada utilizando o logaritmo dos ganhos tanto dos pais quanto dos filhos, a estimativa resultante é a elasticidade intergeracional dos ganhos. Assim, para o presente estudo, relaciona-se a educação dos pais ($Y_{i,t-1}$) à dos seus filhos no período t ($Y_{i,t}$).

$$\log(Y_{i,t}) = \alpha + \beta \log(Y_{i,t-1}) + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

em que α e β são parâmetros a serem estimados e ε é o termo de erro para o indivíduo no período t , com distribuição presumida normal ($\varepsilon \sim N(0, \sigma^2)$). Se Y é definido em relação à média de sua distribuição, o parâmetro β é a elasticidade e $(1 - \beta)$ é uma medida de mobilidade entre gerações (BLACK; DEVEREUX, 2010; GARCÍAS, 2017). Ou seja, tem-se assim a elasticidade entre as gerações representada pelo coeficiente β .

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DA SWTS E A CLASSIFICAÇÃO ISCED

Como apontado na metodologia, foram comparadas as informações contidas nos documentos oficiais relacionados à legislação educacional de cada país com a classificação ISCED apresentada na Tabela 3, adotada atualmente pela Unesco. A seguir são apresentados os resultados de cada país individualmente.

5.1.1 O caso brasileiro

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁷ separa o sistema educacional em educação básica e superior, sendo que a básica abrange o ensino infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A educação é obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos de idade. Além disso, há diversas modalidades de educação, como de jovens e adultos, especial, profissional e tecnológica, básica rural, indígena, quilombola e à distância.

Tabela 4 – Sistema nacional da educação brasileira e a classificação ISCED

Nível escolar		Idade	Variável da pesquisa	Classificação ISCED	
Educação básica	Ensino infantil	Creche	0 a 3 anos	Nenhum	ISCED 0
		Pré-escolar	4 a 5 anos		
	Ensino fundamental	Anos iniciais	6 a 10 anos	Fundamental	ISCED 1
		Anos finais	11 a 14 anos		ISCED 2
	Ensino médio	15 a 17 anos	Médio	ISCED 3	
Ensino superior	Tecnológico	18 +	Superior	ISCED 5 a 8	
	Universitário				
	Pós-Graduação		Pós-graduação		

Fonte: adaptado pelo autor a partir de SITEAL (2021)

⁷ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O ensino infantil é, desde 2009⁸, obrigatório a partir dos quatro anos de idade. O ensino fundamental é a segunda etapa da educação básica, sendo também obrigatória. Em 2019, 92,9% das crianças de quatro e cinco anos de idade frequentavam estabelecimentos de ensino (IBGE, 2019). A idade de referência para o ensino fundamental é dos seis aos 14 anos e está dividido em dois ciclos: o primeiro de cinco anos (correspondente à educação primária) e o segundo de quatro anos (que corresponde à educação secundária baixa). Em 2019, 95,8% das crianças de seis a 10 anos estavam na escola nos anos iniciais do ensino fundamental e 87,5% das pessoas de 11 a 14 anos estavam na escola na etapa final do ensino fundamental. O ensino médio é a última etapa da educação básica, sendo também obrigatória e gratuita. Tem, no mínimo, três anos de escolaridade, e a idade de referência vai dos 15 aos 17 anos. Em 2019, 71,4% dos jovens de 15 a 17 anos estavam frequentando o ensino médio ou haviam concluído esse nível (IBGE, 2019). E por fim, na estrutura brasileira, está o ensino superior, destinado à população que concluiu o ensino médio ou equivalente. A taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos de idade, em 2019, foi de 32,4%. Na Tabela 4 é demonstrada a estrutura do sistema nacional de educação com a compatibilização da classificação ISCED.

5.1.2 O caso colombiano

A Lei Geral de Educação⁹ separa o sistema nacional de educação colombiano em três níveis: pré-escola, educação básica (primária e básica secundária) e educação média. O último ano da etapa pré-escolar é obrigatório juntamente com a educação básica. A educação superior é regida pela Lei nº 30¹⁰. Além disso, a educação não formal (educação para o trabalho e desenvolvimento humano), conforme a Lei nº 1.064¹¹, destina-se à formação profissional em artes e ofícios, e engloba a educação para adultos, para grupos étnicos, camponesa e rural, para reabilitação social, especial para pessoas com limitações e para pessoas com capacidades excepcionais.

A Lei Geral de Educação estabelece que a educação pré-escolar constitui a primeira etapa educacional do sistema nacional de educação, sendo destinada às crianças de três a cinco anos e divide-se em pré-jardim, jardim e série de transição. Esta última é obrigatória. Em 2019,

⁸ Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.

⁹ Lei Geral de Educação nº 115, de 8 de fevereiro de 1994.

¹⁰ Lei nº 30, 28 de dezembro de 1992.

¹¹ Lei nº 1.064, de 26 de julho de 2006.

81,9% das crianças de três a cinco anos de idade estavam na escola (UNESCO, 2012). A educação geral básica possui duração de nove anos, sendo dividida em dois ciclos: educação básica primária, para crianças de seis a 10 anos de idade, e educação básica secundária, para crianças de 11 a 14 anos. Em 2019, 93,9% das crianças dessa faixa etária estavam na escola.

Tabela 5 – Sistema nacional da educação colombiana e a classificação ISCED

Nível escolar		Idade	Variável da pesquisa	Classificação ISCED
Educação escolar	pré- Pré-jardim e jardim	3 e 4 anos	Nenhum	ISCED 0
	Transição	5 anos		
Educação básica	Primária	6 a 10 anos	Básica primária	ISCED 1
	Secundária	11 a 14 anos	Básica secundária	ISCED 2
Educação média		15 a 16 anos	Média	ISCED 3
Educação superior	Técnica e profissional e tecnológica	17 +	Superior não universitário	ISCED 5
	Universitária		Superior universitário	ISCED 6
	Pós-Graduação		Pós-graduação	ISCED 7 a 8

Fonte: adaptado pelo autor a partir de SITEAL (2021)

A educação média, que não é obrigatória, dura dois anos e destina-se a adolescentes de 15 a 17 anos. São oferecidas duas modalidades que habilitam para continuação de estudos, quais sejam: superiores acadêmico e técnico. Após o término do ensino médio, obtém-se um diploma de bacharel¹². Em 2019, 79,8% dos adolescentes de 15 a 17 anos estavam na escola. E por fim, na educação superior, regida pela Lei nº 30, de 1992, a proporção de jovens escolarizados aumentou em 38,9% durante o período 2005-2016. Em 2016, 25,3% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam matriculados no nível superior (SITEAL, 2021). Na Tabela 5 é demonstrada a estrutura do sistema nacional de educação com a compatibilização da classificação ISCED.

5.1.3 O caso salvadorenho

¹² Na Colômbia, “bacharelado” corresponde ao segundo nível da educação secundária (ISCED 3).

Tabela 6 – Sistema nacional da educação salvadorenha e a classificação ISCED

Nível escolar		Idade	Variável da pesquisa	Classificação ISCED
Inicial		0 a 3 anos	Nenhum	ISCED 0
Parvulária		4 a 6 anos		
Básica	Ciclos I e II	7 a 12 anos	Básica	ISCED 1
	Ciclo III	13 a 15 anos		ISCED 2
Educação média		15 a 17 anos	Média	ISCED 3
Educação superior	Não universitário	18 +	Superior não universitário	ISCED 5
	Universitário		Superior universitário	ISCED 6
	Pós-Graduação	22 +	Pós-graduação	ISCED 7 e 8

Fonte: adaptado pelo autor a partir de SITEAL (2021)

A Lei de Educação¹³ estabelece que o sistema educacional formal é dividido em educação inicial, parvulária, básica, média e superior. Ademais, há educação de adultos e para pessoas com necessidades educacionais especiais. A educação inicial inicia com o nascimento e se estende até os quatro anos. A parvulária normalmente abrange três anos de estudo, sendo de caráter obrigatório. A educação básica destina-se a crianças de 7 a 15 anos, com nove anos de escolaridade obrigatória, organizada em três ciclos de três anos cada. A educação média, a qual não é obrigatória, é destinada aos adolescentes de 15 a 17 anos e possui as modalidades geral, e técnica e vocacional. A modalidade geral tem duração de dois anos e, ao fim do curso, o jovem adquire o diploma de bacharel¹⁴. A técnica e vocacional tem duração de três anos. A educação superior, regida pela Lei de Educação Superior¹⁵, abrange a educação tecnológica e a universitária. Na Tabela 6 é demonstrada a estrutura do sistema nacional de educação com a compatibilização da classificação ISCED.

5.1.4 O caso peruano

¹³ Decreto nº 917, de 12 de dezembro de 1996.

¹⁴ Em El Salvador, “bacharelado” corresponde ao segundo nível da educação secundária (ISCED 3).

¹⁵ Lei nº 468, de 19 de novembro de 2004.

A Lei Geral de Educação¹⁶ estabelece que o sistema educacional peruano é formado pela educação básica e a educação superior. A educação básica abrange a educação inicial, a primária (anos iniciais do ensino fundamental) e a secundária.

Tabela 7 – Sistema nacional da educação peruana e a classificação ISCED

Nível escolar		Idade	Variável da pesquisa	Classificação ISCED	
Educação básica	Educação infantil	Não escolarizada	0 a 2 anos	Nenhum	ISCED 0
		Escolarizada	3 a 5 anos	Inicial	
	Educação primária		6 a 11 anos	Primária	ISCED 1
	Educação secundária	Ciclo I	12 a 13 anos	Secundária	ISCED 2
		Ciclo II	14 a 16 anos		ISCED 3
Educação superior	Terciária		17 +	Superior não universitário	ISCED 5
	Universitária			Superior universitário	ISCED 6
	Pós-graduação			Pós-graduação	ISCED 7 e 8

Fonte: adaptado pelo autor a partir de SITEAL (2021)

A educação inicial é destinada às crianças de zero a cinco anos de idade, sendo obrigatória a partir dos três anos. A educação primária destina-se às crianças de seis a 11 anos de idade. A secundária é a última etapa da educação básica e tem duração de cinco anos, sendo a idade de referência entre 12 e 16 anos. Ela também é obrigatória e é dividida em dois ciclos, sendo o primeiro de dois anos, comum a todos os estudantes, e o segundo de três anos, este diversificado (ênfase científico, humanista ou técnico). A educação superior é oferecida em escolas de educação superior, institutos superiores, centros superiores de pós-graduação e universidades. São emitidos diplomas intermediários, de graduação e de pós-graduação. Na Tabela 7 é demonstrada a estrutura do sistema nacional de educação com a compatibilização da classificação ISCED.

¹⁶ Lei nº 28.044, de 17 de julho de 2003.

5.1.5 O caso dominicano

O sistema educacional dominicano está organizado em quatro níveis: educação inicial, educação primária (anos iniciais do ensino fundamental), educação secundária e educação superior.

Tabela 8 – Sistema nacional da educação dominicana e a classificação ISCED

Nível escolar		Idade	Variável da pesquisa	Classificação ISCED	
Nível inicial	1º ciclo	Maternal, infantes e párvulos	0 a 3 anos	Nenhum	ISCED 0
	2º ciclo	Pré-jardim e jardim	3 a 4 anos		
		Pré-primário	5 anos		
Nível primário	1º ciclo		6 a 8 anos	Primário	ISCED 1
	2º ciclo		9 a 11 anos		ISCED 2
Nível secundário	1º ciclo		12 a 14 anos	Secundário	ISCED 3
	2º ciclo		17 anos		
Nível superior	Superior não universitário		18 +	Superior não universitário	ISCED 5
	Universitário			Superior universitário	ISCED 6
	Pós-graduação			Pós-graduação	ISCED 7 e 8

Fonte: adaptado pelo autor a partir de SITEAL (2021)

A educação inicial abrange dois ciclos. O primeiro engloba crianças de zero a três anos de idade, e o segundo é orientado para crianças de três a cinco anos, sendo o último ano obrigatório. A educação primária é destinada a crianças de seis a 11 anos e está dividida em dois ciclos de três anos cada. A educação secundária é voltada para adolescentes de 12 a 17 anos de idade está dividida também em dois ciclos de três anos cada. O primeiro ciclo é comum a todos os estudantes. O segundo, um especializado, compreende as modalidades geral, técnica profissional e artes. A educação superior é regida pela Lei nº 139, de 2001, é dividida em técnico (técnico superior, tecnólogo e magistério), graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Na Tabela 8 é demonstrada a estrutura do sistema nacional de educação com a compatibilização da classificação ISCED.

5.2 MOBILIDADE EDUCACIONAL

Como mencionado na seção anterior, as análises são baseadas nos microdados da Pesquisa SWTS, realizada pela OIT, entre 2012 e 2015.

Tabela 9 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens no Brasil

Escolaridade e dos Pais	Escolaridade do Jovem*					
	ISCED 0	ISCED 1	ISCED 2	ISCED 3	ISCED 5-6	ISCED 7-8
ISCED 0	19%	42%	13%	26%	0%	0%
ISCED 1	4%	33%	18%	42%	2%	0%
ISCED 2	4%	22%	20%	50%	3%	1%
ISCED 3	1%	11%	11%	68%	8%	1%
ISCED 5-6	0%	7%	8%	50%	30%	5%
ISCED 7-8	0%	0%	5%	63%	22%	10%

Fonte: elaborado pelo autor. * Somente jovens que completaram/abandonaram a escola.

Tabela 10 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens na Colômbia

Escolaridade e dos Pais	Escolaridade do Jovem*					
	ISCED 0	ISCED 1	ISCED 2	ISCED 3	ISCED 5-6	ISCED 7-8
ISCED 0	10%	25%	10%	44%	11%	0%
ISCED 1	2%	21%	10%	49%	18%	0%
ISCED 2	1%	9%	5%	58%	27%	0%
ISCED 3	1%	1%	7%	40%	51%	0%
ISCED 5-6	2%	2%	2%	39%	54%	1%
ISCED 7-8	0%	0%	0%	12%	72%	16%

Fonte: elaborado pelo autor. * Somente jovens que completaram/abandonaram a escola.

Tabela 11 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens em El Salvador

Escolaridade dos Pais	Escolaridade do Jovem*				
	ISCED 0	ISCED 1	ISCED 2	ISCED 3	ISCED 5-8
ISCED 0	33%	31%	16%	20%	0%
ISCED 1	12%	26%	21%	36%	5%
ISCED 2	6%	25%	20%	48%	1%
ISCED 3	1%	15%	16%	68%	0%
ISCED 5-8	0%	3%	15%	79%	3%

Fonte: elaborado pelo autor. * Somente jovens que completaram/abandonaram a escola.

Tabela 12 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens no Peru

Escolaridade dos Pais	Escolaridade do Jovem*				
	ISCED 0	ISCED 1	ISCED 2-3	ISCED 5-6	ISCED 7-8
ISCED 0	5%	38%	34%	23%	0%
ISCED 1	4%	35%	43%	18%	0%
ISCED 2-3	1%	23%	57%	19%	0%
ISCED 5-6	1%	17%	55%	27%	0%
ISCED 7-8	0%	14%	73%	6%	7%

Fonte: elaborado pelo autor. * Somente jovens que completaram/abandonaram a escola.

Tabela 13 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens na República Dominicana

Escolaridade dos Pais	Escolaridade do Jovem*			
	ISCED 0-1	ISCED 2-3	ISCED 5-6	ISCED 7-8
ISCED 0-1	5%	86%	9%	0%
ISCED 2-3	1%	83%	16%	0%
ISCED 5-6	1%	41%	58%	0%
ISCED 7-8	0%	28%	8%	64%

Fonte: elaborado pelo autor. * Somente jovens que completaram/abandonaram a escola.

A partir da Tabela 9, observa-se que, no Brasil, há 19% de chance de os jovens não terem instrução formal quando os pais também não a possuem e 42% de chance de que os jovens terminem o ensino primário com os pais ainda sem instrução, indicando uma barreira já no ensino básico. Essa barreira é ainda maior em El Salvador, conforme Tabela 11, a qual aponta que há 33% de chance de os jovens não terem instrução formal com os pais na mesma condição, além de 31% de que os jovens terminem o ensino primário com os pais sem instrução. Já em relação ao Peru (Tabela 12), este possui índice de 5% para jovens sem instrução com pais sem instrução. Para a República Dominicana, os dados da pesquisa não puderam ser desagregados em ISCED 0 e 1 separadamente, então a Tabela 13 apresenta a matriz com a primeira linha e coluna agregando os níveis ISCED 0 e 1, apresentando 5% de chance de os jovens terminarem o 1º ciclo do ensino primário com os pais possuindo este nível. E, por fim, aparece a Colômbia (Tabela 10), com 10% de chance de os jovens não terem instrução formal quando os pais também não a possuem.

Como ponto positivo, pode-se observar evoluções significativas, como o índice de 58% de chance de os jovens terminarem o ensino médio na Colômbia quando os pais destes possuem até o ensino básico secundário. Resultado semelhante pode ser observado no Brasil, com 50% de chance, e em El Salvador, com 48% de chance. Vale ressaltar que na Colômbia e em El Salvador, o ensino médio não é obrigatório. Já para o Peru, os dados coletados indicam que há 43% de chance de os jovens terminarem a educação secundária quando os pais terminaram o ensino primário. E quanto à República Dominicana, este índice salta para 86%, uma alta mobilidade do ensino primário dos pais para o ensino secundário dos jovens.

Ainda como ponto positivo observado nas matrizes acima, observa-se que no Brasil, há 42% de chance de os jovens terminarem o ensino primário quando os pais não possuem instrução formal. Mesmo percentual de chance de os jovens terminarem o ensino médio quando os pais possuem o 1º ciclo do ensino fundamental, o que caracteriza um salto de dois níveis ISCED de uma geração para outra. Salto semelhante é observado para o caso da Colômbia, com 49% de chance de os jovens terminarem o ensino médio quando os pais possuem o ensino básico primário. El Salvador também apresenta um salto de dois níveis ISCED, com 36% de chance de os jovens salvadorenos terminarem o ensino médio quando os pais possuem o 1º ciclo do ensino básico.

A partir das tabelas dos cinco países do presente estudo, observa-se uma barreira, em alguns deles, no ensino médio, com percentuais de 83% para República Dominicana, 68%

para Brasil e El Salvador, 57% para Peru e 40% para Colômbia. E como ponto de atenção, observa-se que há 63% de chance de que o jovem termine o ensino médio quando seus pais possuem nível de pós-graduação. Na mesma situação, El Salvador possui esse percentual de 79%, e Peru, 73%. Algumas possíveis explicações para essa mobilidade descendente destes dois países são a pouca relevância da formação acadêmica para desenvolver habilidades para a vida produtiva; o contato limitado do setor empresarial com os alunos para sua efetiva inserção no mercado de trabalho; as poucas oportunidades de trabalho para estudantes de pós-graduação; e parte da população jovem e adulta que ficou para trás em seus estudos, e que demandam maiores esforços por modalidades flexíveis de estudo.

Os resultados apontam para a importância do investimento público para aumentar as oportunidades e garantir o ensino primário universal. Como apontam Azomahou e Yitbarek (2021), países menos favorecidos que alocaram recursos públicos mais altos sobre educação exibiram maior mobilidade ao longo dos anos.

O maior acesso dos jovens nos ensinos primário e fundamental também podem ser fruto de programas condicionais de transferência de renda, como Livelihood Empowerment Against Poverty Program (LEAP), de Gana, Bolsa Família, do Brasil, e PROGRESA/Oportunidades, do México, que geralmente são condicionais às famílias a fazer investimentos pré-especificados no capital humano de seus filhos. Estes programas demonstraram ser uma ferramenta útil para aumentar a matrícula escolar e reduzir o absenteísmo escolar (HANDA et al., 2013 e VEGAS; SANTIBÁÑEZ, 2010).

Quanto ao nível superior, verifica-se que a Colômbia se destaca positivamente, com 51% de chance de o jovem finalizar este nível quando os pais possuem o ensino médio completo. Uma possível explicação para essa mobilidade ascendente são os programas de créditos universitários, a exemplo do Programa "Ser Pilo Paga", o qual se propõe a ampliar a oferta de ensino superior aos colombianos.

Para possibilitar uma fácil visualização e proporcionar uma maior comparabilidade, foram elaboradas as matrizes de Brasil, Colômbia e Peru, conforme seguem nas tabelas a seguir. Foram agregadas as escolaridades em quatro níveis, sendo o primeiro até o ensino primário (ISCED 0 e 1), o segundo contendo o ensino secundário e médio (ISCED 2 e 3), o terceiro contendo o ensino superior (ISCED 5 e 6) e, por fim, o quarto com o nível de pós-graduação (ISCED 7 e 8). Para El Salvador, não foi possível desagregar o ensino superior e pós-graduação. E para a República Dominicana, por conta da organização dos níveis no questionário da

pesquisa, os níveis primário (ISCED 0-1) e secundário e médio (ISCED 2-3) já estão agregados, conforme a tabela 13.

Tabela 14 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens no Brasil

Escolaridade dos Pais	Escolaridade do Jovem*			
	ISCED 0-1	ISCED 2-3	ISCED 5-6	ISCED 7-8
ISCED 0-1	45%	53%	2%	0%
ISCED 2-3	18%	76%	5%	1%
ISCED 5-6	8%	53%	33%	6%
ISCED 7-8	0%	68%	22%	10%

Fonte: elaborado pelo autor.

* Somente jovens que completaram ou abandonaram a escola.

Tabela 15 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens na Colômbia

Escolaridade dos Pais	Escolaridade do Jovem*			
	ISCED 0-1	ISCED 2-3	ISCED 5-6	ISCED 7-8
ISCED 0-1	27%	57%	16%	0%
ISCED 2-3	9%	62%	29%	0%
ISCED 5-6	3%	42%	54%	1%
ISCED 7-8	0%	12%	72%	16%

Fonte: elaborado pelo autor.

* Somente jovens que completaram ou abandonaram a escola.

Tabela 16 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens em El Salvador

Escolaridade dos Pais	Escolaridade do Jovem*		
	ISCED 0-1	ISCED 2-3	ISCED 5-8
ISCED 0-1	57%	41%	2%
ISCED 2-3	25%	74%	1%
ISCED 5-8	3%	94%	3%

Fonte: elaborado pelo autor.

* Somente jovens que completaram ou abandonaram a escola.

Tabela 17 – Matriz de mobilidade entre pais e jovens no Peru

Escolaridade dos Pais	Escolaridade do Jovem*			
	ISCED 0-1	ISCED 2-3	ISCED 5-6	ISCED 7-8
ISCED 0-1	40%	40%	20%	0%
ISCED 2-3	24%	57%	19%	0%
ISCED 5-6	17%	56%	27%	0%
ISCED 7-8	14%	74%	6%	6%

Fonte: elaborado pelo autor.

* Somente jovens que completaram ou abandonaram a escola.

Como pode ser observado nas tabelas 14 a 17, além da tabela 13 para a República Dominicana, a chance de os jovens terminarem o ensino médio quando os pais possuem o ensino médio varia de 57% a 83%, indicando persistência intergeracional nessa faixa. Como ponto de atenção, observa-se que há 94% de chance de os jovens salvadorenos terminarem o ensino médio quando os pais possuem nível de pós-graduação. Ressalta-se que não foi possível segregar os dados de escolaridade em nível de graduação e pós-graduação para El Salvador. Acredita-se, entretanto, que esse percentual seria menor caso fossem separados em ISCED 5-6 e ISCED 7-8. Além disso, El Salvador aprovou legislação¹⁷¹⁸ para fortalecer o ensino médio profissional técnico, como forma de gerar o desenvolvimento do país¹⁹. Esta legislação proporcionou taxas de matrículas superiores a 40% do total dos jovens da faixa etária deste nível educacional (SITEAL, 2021). Semelhante caso de aprovação de legislação²⁰²¹ incentivadora do ensino técnico foi observado na Colômbia²²²³, mas neste país a taxa de matrícula de 20% (SITEAL, 2021).

Para Brasil e Peru, o percentual de chance de o jovem terminar o ensino médio quando os pais possuem nível superior é de 53% e 56%, respectivamente. E para Colômbia e República Dominicana, é de 42% e 41%, respectivamente.

Tabela 18 – Medida de mobilidade educacional intergeracional para jovens do sexo masculino e feminino

País	Mobilidade escolar intergeracional ($1 - \beta$)					
	Todos os jovens*		Jovens mulheres*		Jovens homens*	
	Educação do pai	Educação da mãe	Educação do pai	Educação da mãe	Educação do pai	Educação da mãe
Brasil	0,9617	0,9588	0,9626	0,9609	0,9610	0,9572
El Salvador	0,9505	0,9517	0,9623	0,9558	0,9354	0,9462

Fonte: SWTS, OIT.

* Somente jovens que completaram ou abandonaram a escola.

Para caracterizar a mobilidade educacional intergeracional, primeiro utiliza-se a Equação (2) para estimar a relação entre os pais e educação do jovem segregada por pai, mãe e

¹⁷ Decreto Legislativo n° 554 (Lei de Formação Profissional)

¹⁸ Lei de Educação Superior n° 468/2004

¹⁹ Programa “Seamos Productivos” (“Sejamos Productivos”)

²⁰ Lei n° 749/2002 das instituições de Educação Superior Técnicas e Profissionais e Tecnológicas

²¹ Documento Conpes n° 3582. Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

²² “Aulas móviles” (“Salas de aula móveis”)

²³ “Jóvenes en acción” (“Jovens em ação”)

sexo da criança. A Tabela 19 mostra essas estimativas dos valores de mobilidade intergeracional $(1 - \beta)$.

Quando o coeficiente β na Equação (2) – uma regressão da escolaridade de pais e mães sobre a educação dos jovens – aproxima-se de zero, então o resultado escolar não está intimamente relacionado entre gerações e a mobilidade educacional intergeracional é muito alta $(1 - \beta)$ (GARCIAS, 2017). Tanto para o Brasil quanto para El Salvador, o resultado na Tabela 19 mostra um coeficiente β pequeno (próximo de 0,04 e 0,05), indicando grande mobilidade. A faixa de resultados apresentada na Tabela 19 vai de 0,93 para o efeito da escolaridade do pai em jovens do sexo masculino em El Salvador até 0,96 para o efeito da educação do pai sobre os jovens do sexo feminino no Brasil.

6 CONCLUSÃO

Em termos gerais, as políticas macroeconômicas tais como: promover a estabilidade econômica e melhorar o clima de investimento são fundamentais para melhorar a mobilidade.

Ademais, sabendo da importância da educação como mecanismo para facilitar a mobilidade social e melhorar a qualidade de vida daqueles que se encontram na base da curva de distribuição de renda, os formuladores de políticas públicas precisam se concentrar em melhorar o acesso à educação de qualidade, especialmente para seus cidadãos com menos acesso à educação de qualidade.

A maior mobilidade absoluta requer um crescimento mais rápido que é sustentado por um longo período e que leva a melhorias nos padrões de vida de muitas famílias de uma geração para outra. Maior crescimento econômico também é necessário para apoiar políticas públicas que reduzam a desigualdade de oportunidades para aumentar a mobilidade relativa. Por outro lado, maior mobilidade relativa e a absoluta produz um retorno positivo sobre o crescimento a longo prazo, aumentando o capital humano do país.

No entanto, um crescimento maior, mesmo do tipo que leva a melhorias nos padrões de vida de todos na sociedade não é suficiente para garantir a mobilidade relativa. Maior desigualdade, que normalmente está associada a maior desigualdade de oportunidades, leva a uma menor mobilidade relativa, o que então leva à desigualdade nos resultados e oportunidades, e assim por diante, ciclo que se perpetua ao longo das gerações. Isso implica que os impulsionadores da desigualdade nos resultados e oportunidades provavelmente serão barreiras para mobilidade também. Portanto, as políticas que promovem os objetivos de crescimento com maior inclusão, sem dúvida, também apoiam os impulsionadores de mobilidade absoluta.

Do ponto de vista prático, os resultados deste trabalho sugerem a necessidade de políticas direcionadas para redistribuição que melhorem a mobilidade intergeracional. Evidências de países desenvolvidos sugerem que tornar obrigatório o ensino médio incentiva a ligação entre a educação dos pais e a educação infantil (OREOPOULOS; PAGE; STEVENS, 2006). Implementando políticas que promovam o acesso ao ensino médio é, portanto, uma meta prioritária para o sistema educacional nos países analisados. Além disso, investimentos públicos como subsídios estudantis e empréstimos estudantis no ensino superior criam oportunidades iguais para jovens com antecedentes familiares desfavorecidos.

Uma contribuição deste estudo foi identificar políticas públicas educacionais que os países adotaram e que refletiram na mobilidade intergeracional. Como ressaltado na seção anterior, houve um avanço no acesso básico no ensino primário, mas o acesso a esse nível ainda não é universalizado nesses países analisados. Uma possível explicação para a maior mobilidade nos níveis iniciais para os cinco países pode estar relacionada com a obrigatoriedade de matrícula das crianças nos anos pré-escolares variando, de 3 anos para o Peru até 5 anos de idade para República Dominicana e Colômbia. No Brasil e em El Salvador a idade mínima obrigatória para criança estar matriculada é de 4 anos.

Outra possível explicação para o aumento na mobilidade nos níveis iniciais é a proposta de universalização nos níveis educacionais iniciais também explica o aumento da mobilidade nos extratos mais baixos de educação dos cinco países. Como exemplos temos os planos plurianuais que as nações se propõem a cumprir, como o Plano Nacional de Educação do Brasil, o Plano Nacional Decenal de Educación da Colômbia e o Plano El Salvador Educado de El Salvador. Estes planos estipulam como meta a universalização do ensino primário e parte do secundário até meados da década de 2020. No caso da América Latina, isso significa que as crianças que normalmente não ingressaram na escola agora estão matriculadas e aquelas que antes repetiam e depois evadiam agora permanecem na escola e completam o ensino fundamental.

Ou seja, as políticas governamentais devem manter o incentivo ao acesso à educação nas famílias com pais que não possuem instrução formal. Considerando que na maioria das economias em desenvolvimento a mobilidade relativa na educação é baixa, a igualdade de oportunidades na infância deve ser uma prioridade.

Outro ponto é a melhora necessária na acessibilidade do ensino médio, sendo que há variados instrumentos para alcançar este objetivo, como reduzir a duração de educação para o ensino superior, como foi feito na Itália, e aumentar os anos de escolaridade obrigatória, como na Noruega. Ainda há a possibilidade das bolsas de ensino médio sobre a educação. Interessante notar que na Colômbia e em El Salvador este nível não é obrigatório. Algumas evidências dos países escandinavos sugerem que a persistência intergeracional pode ser fortemente influenciada por reformas de políticas educacionais que estenderam a duração da educação obrigatória.

Outra possível explicação para aumento da mobilidade ascendente nos países são os testes de avaliação de ensino como o PISA, do qual, entre os países analisados neste trabalho,

participam Brasil, Colômbia e Peru, do PIRLS, do qual, no caso, participam os mesmos países do PISA, e o TIMSS, do qual participa Colômbia e El Salvador. Apesar destes testes se proporem a avaliar a aprendizagem escolar, acredita-se que a participação nesses programas já aumenta a preocupação dos governos com a questão educacional.

O estudo gera evidências importantes que podem ser usadas para potencializar o movimento educacional ascendente na região latina. Além disso, o uso de dados mais precisos e completos pode contribuir para melhorar a compreensão sobre as razões para a persistência intergeracional.

REFERÊNCIAS

- AZAM, M.; BHATT, V. Like father, like son? Intergenerational educational mobility in India. **Demography**, v. 52, n. 6, p. 1929-1959, 2015.
- AZOMAHOU, T. T.; YITBAREK, E. Intergenerational mobility in education: Is Africa different?. **Contemporary Economic Policy**, v. 39, n. 3, p. 503-523, 2021.
- BANCO MUNDIAL. "Adult and youth illiterate population, 15+ and 15-24 years, male, female and both sexes". World Development Indicators. The World Bank Group, 2021, Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acessado em 8 de outubro de 2021.
- BAZZI, M. et al. Time-varying transition probabilities for Markov Regime Switching Models. **Journal of Time Series Analysis**, 38(3), 458-478, 2017.
- BEHRMAN, J. R. et al. Intergenerational mobility in Latin America. **Inter-American Development Bank Working Paper**, Washington, D.C., n. 452, 2001.
- BJÖKLUND, A.; JÄNTTI, M. Intergenerational income mobility and the role of family background. **Oxford handbook of economic inequality**, v. 491, p. 521, 2009.
- BLACK, S. E.; DEVEREUX, P. J. Recent developments in intergenerational mobility. **National Bureau of Economic Research**, 2010.
- BLANDEN, J.; GREGG, P.; MACHIN, S. Intergenerational mobility in europe and north america. **Report supported by the Sutton Trust, Centre for Economic Performance, London School of Economics**, 2005.
- BLANDEN, J. Cross-country rankings in intergenerational mobility: a comparison of approaches from economics and sociology. **Journal of Economic Surveys**, v. 27, n. 1, p. 38-73, 2013.
- BREEN, R.; KARLSON, K. B. Education and social mobility: New analytical approaches. **European Sociological Review**, v. 30, n. 1, p. 107-118, 2013.
- CARD, D. The causal effect of education on earnings. **Handbook of labor economics**, v. 3, p. 1801-1863, 1999.
- CASTELLANO, G. D. Pobreza y movilidad social educativa en Guatemala. El ascensor social camina lentamente. **PODIUM**, n. 33, p. 45-54, 2018.
- CAUSA, O.; JOHANSSON, Å. Intergenerational social mobility in OECD countries. **OECD Journal: Economic Studies**, v. 2010, n. 1, p. 1-44, 2010.

CELHAY, P.; GALLEGOS, S. Persistence in the transmission of education: evidence across three generations for Chile. **Journal of Human Development and Capabilities**, v. 16, n. 3, p. 420-451, 2015.

CHECCHI, D.; DARDANONI, V. 7. Mobility comparisons: Does using different measures matter? In: **Inequality, Welfare and Poverty: Theory and Measurement**. Emerald Group Publishing Limited, 2003.

CHETTY, R. et al. Where is the land of opportunity? The geography of intergenerational mobility in the United States. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 129, n. 4, p. 1553-1623, 2014.

CORAK, M. Income inequality, equality of opportunity, and intergenerational mobility. **Journal of Economic Perspectives**, v. 27, n. 3, p. 79-102, 2013. <https://doi.org/10.1257/jep.27.3.79>

COWELL, F. A.; FLACHAIRE, E. Measuring mobility. **Quantitative economics**, v. 9, n. 2, p. 865-901, 2018. <https://doi.org/10.3982/qe512>

DAOULI, J.; DEMOUSSIS, M.; GIANNAKOPOULOS, N. Mothers, fathers and daughters: Intergenerational transmission of education in Greece. **Economics of Education Review**, 29(1), 83–93, 2010.

DARDANONI, V.; FORCINA, A.; MODICA, S. Direct Causal Effects in Education Transmission. 2008.

DAUDE, C.; ROBANO, V. On intergenerational (im) mobility in Latin America. **Latin American Economic Review**, v. 24, n. 1, p. 1-29, 2015.

ELDER, S. ILO school-to-work transition survey. International Labour Office. ILO, 2009

FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A. Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 481-513, 2003.

FORMBY, J. P.; SMITH, W. J.; ZHENG, B. Mobility measurement, transition matrices and statistical inference. **Journal of Econometrics**, 120(1), 181–205, 2004.

GOLDTHORPE, J. H.; JACKSON, M. Intergenerational class mobility in contemporary Britain: Political concerns and empirical findings 1. **The British journal of sociology**, v. 58, n. 4, p. 525-546, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1468-4446.2007.00165.x>

GREENE, W. Econometric Analysis, 7th ed. New Jersey: Prentice Hall, 2003.

GUEVARA, R. A. F. Transiciones en el mercado de trabajo de las mujeres y hombres jóvenes en el Perú. 2014.

- HANDA, S. et al. Livelihood empowerment against poverty program impact evaluation. **Chapel Hill: Carolina Population Center, University of North Carolina**, 2013.
- HANDAL, G. Transiciones en el mercado de trabajo de las mujeres y hombres jóvenes en El Salvador. **Work4Youth. Serie de publicaciones**, 2014.
- HECKMAN, J. J. Sample selection bias as a specification error. **Econometrica: Journal of the econometric society**, p. 153-161, 1979.
- HECKMAN, J. J.; HUMPHRIES, J. E.; VERAMENDI, G. Returns to education: The causal effects of education on earnings, health, and smoking. **Journal of Political Economy**, v. 126, n. S1, p. S197-S246, 2018.
- HERTZ, T. Trends in the intergenerational elasticity of family income in the United States. **Industrial Relations: A Journal of Economy and Society**, v. 46, n. 1, p. 22-50, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1468-232X.2007.00456.x>
- HERTZ, T. et al. The inheritance of educational inequality: International comparisons and fifty-year trends. **The BE Journal of Economic Analysis & Policy**, v. 7, n. 2, 2008. <https://doi.org/10.2202/1935-1682.1775>
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Estatísticas sociais**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, 2019.
- LEONE, T. **Intergenerational mobility in education: Estimates of the worldwide variation**. UNRISD Occasional Paper-Overcoming Inequalities in a Fractured World: Between Elite Power and Social Mobilization, 2019. <https://doi.org/10.35866/caujed.2019.44.4.0>
- LEONE, T. **Intergenerational mobility in education: Estimates of the worldwide variation**. UNRISD Occasional Paper-Overcoming Inequalities in a Fractured World: Between Elite Power and Social Mobilization, 2019.
- LEONE, T. The gender gap in intergenerational mobility. **World Development Perspectives**, v. 21, p. 100286, 2021.
- LUBOTSKY, D.; WITTENBERG, M. Interpretation of regressions with multiple proxies. **The Review of Economics and Statistics**, v. 88, n. 3, p. 549-562, 2006.
- MAHLMEISTER, R. et al. Revisitando a mobilidade intergeracional de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 73, p. 159-180, 2019.
- MAYER, S. E.; LOPOO, L. M. Government spending and intergenerational mobility. **Journal of Public Economics**, v. 92, n. 1-2, p. 139-158, 2008. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2007.04.003>

- NARAYAN, A. et al. **Fair progress? Economic mobility across generations around the world**. World Bank Publications, 2018.
- NEIDHÖFER, G.; SERRANO, J.; GASPARINI, L. Educational inequality and intergenerational mobility in Latin America: A new database. **Journal of Development Economics**, v. 134, p. 329-349, 2018.
- ORAZEM, P. F.; KING, E. M. Schooling in developing countries: The roles of supply, demand and government policy. **Handbook of development economics**, v. 4, p. 3475-3559, 2007.
- OREOPOULOS, P.; PAGE, M. E.; STEVENS, A. H. The intergenerational effects of compulsory schooling. **Journal of Labor Economics**, v. 24, n. 4, p. 729-760, 2006.
- PASCHOAL, I. P. **Mobilidade intergeracional de educação no Brasil**. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paula: Editora da Universidade de São Paulo, v. 1, 1979.
- PLEWIS, I.; BARTLEY, M. Intra-generational social mobility and educational qualifications. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 36, p. 1-11, 2014.
- SITEAL. Sistema de Informação de Tendências Educacionais na América Latina. 2021. Disponível em: <<https://siteal.iiep.unesco.org/pt>>. Acesso em: 12 fev. 21
- SOLON, G. Intergenerational income mobility in the United States. **The American Economic Review**, p. 393-408, 1992.
- SOROKIN, P. **Social and cultural mobility**. London: Collier-Macmillam Limited, 1964.
- TAMBORINI, C. R.; KIM, C. H.; SAKAMOTO, A. Education and lifetime earnings in the United States. **Demography**, v. 52, n. 4, p. 1383-1407, 2015.
- TORCHE, F. Intergenerational mobility and equality of opportunity. **European Journal of Sociology/Archives Européennes de Sociologie**, v. 56, n. 3, p. 343-371, 2015a.
- TORCHE, Florencia. Analyses of intergenerational mobility: An interdisciplinary review. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 657, n. 1, p. 37-62, 2015b.
- TORCHE, F.; RIBEIRO, CC. Pathways of change in social mobility: industrialization, education and growing fluidity in Brazil. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 28, n. 3, p. 291-307, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2010.03.005>
- UNESCO. UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS. International standard classification of education: ISCED 2011. **Comparative Social Research**, v. 30, 2012. Disponível em: <

<http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/international-standard-classification-of-education-isced-2011-en.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). World Population Prospects 2019. Disponível em: <<https://population.un.org/wpp/DataQuery/>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

Vegas, E.; Santibáñez, L. **The Promise of Early Childhood Development in Latin America and the Caribbean**. Latin American Development Forum. Washington, DC: World Bank. 2010

VENTURI, G.; TORINI, D. Transições da escola para o mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil. 2014.

YÁNEZ-CONTRERAS, M.; GARCÍA-CORREA, C. Métodos para la medición de la movilidad intergeneracional educativa en América Latina y Colombia. Análisis y perspectivas. **Entramado**, v. 9, n. 2, p. 12-27, 2013.

ZIMMERMAN, D. J. Regression toward mediocrity in economic stature. **The American Economic Review**, p. 409-429, 1992.